



Compondo coletivos inclusivos: experiências de associações parciais e perspectivas para amplas associações

Carla Grião¹

Cláudio Bernardino Junior²

Resumo

Este é um trabalho que explora as aproximações dos estudos da deficiência com a antropologia das ciências e das técnicas, campos distintos, porém com intersecções passíveis de serem exploradas. A pesquisa parte de três narrativas a respeito de inserções parciais em coletivos que possuem, a princípio, poucas traduções capazes de garantir acesso amplo aos benefícios sociais: a história de uma mulher com poliomielite de classe média que, nos anos 1980, tentava levar uma vida com autonomia na cidade de São Paulo enquanto militava em um coletivo de pessoas com deficiência que lutava por reconhecimento e inclusão na sociedade paulistana; a experiência de uma mulher de meia idade que vive no Espírito Santo, possui baixa visão e tenta produzir uma dissertação de mestrado para um programa de pós-graduação em uma universidade federal; e a mãe de uma criança com paralisia cerebral, moradora de uma região pobre na periferia de São Paulo, que precisa sustentar a família ao mesmo tempo em que se responsabilizar tanto pelos cuidados diários da filha quanto pela sua educação formal, exigência que se tornou perene durante isolamento social provocado pela pandemia de Covid-19. A partir das descrições de realidades aparentemente tão distintas, buscaremos compreender as associações e traduções que compõem os coletivos em que essas mulheres estão inseridas, levantando hipóteses a respeito dos valores morais e sociais que circulam pelas conexões de suas respectivas redes sociotécnicas. Concluiremos explorando as potencialidades de inserção de novas traduções, por meio de tecnologias assistivas, próteses, planejamento urbano e arquitetônico etc., capazes de criar coletivos mais acessíveis com circulação de valores pautados na democracia e na inclusão. Desta forma, objetivamos chamar atenção para as pessoas com deficiência enquanto minoria social cujas especificidades precisam ser levadas em conta para a composição do coletivo. A baixa adesão que o assunto recebe nos campos acadêmicos brasileiros justifica a proposição desse debate em um simpósio de antropologia.

Palavras-chave: pessoas com deficiência, acessibilidade, tradução, redes sociotécnicas

¹ Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

² Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cena 1

São seis horas da manhã de um dia qualquer em 1982. Lia dorme em seu quarto. Há uma grande janela com portas de correr em persiana que estão fechadas atrás de sua cama. Ao seu lado, apoiada em um móvel qualquer, encontra-se, como sempre, sua bengala canadense. Ao pé da cama está uma televisão. Lia trabalha como revisora do jornal Folha da Manhã e seu turno começa a noite. Não há razões para ela sair da cama muito cedo, mas sua mãe já está acordada. Ao passar pelo quarto de Lia, a mãe encosta a porta para o barulho não acordar a filha.

Lia é uma mulher com poliomelite, adquirida ainda na primeira infância. Formada no curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero há cerca de três anos, ela está orgulhosa em trabalhar para o Grupo Folha, uma das referências de jornalismo que existem em São Paulo. No momento, Lia dorme. Mas chegar ao local de seu trabalho envolve planejamentos extras, passagens e taxas que são simplesmente desconhecidas para a maioria das pessoas.

Cena 2

São cinco horas da manhã de um dia qualquer do ano de 2021. Arneida acaba de acordar. Seu marido ainda dorme ao seu lado. Ela pega o celular e confere as mensagens que estão no WhatsApp. Ela usa fones de ouvido não apenas para escutar os áudios que seus amigos e familiares mandaram, mas para usar todo e qualquer recurso do aparelho. Arneida possui uma visão que varia ao longo do dia de baixa para a total cegueira. Durante os momentos de baixa visão, Arneida enxerga contornos embaçados. Mesmo nestes momentos, o uso do celular envolve uma tradução: o leitor de tela. Às vezes Arneida acorda com baixa visão. Às vezes cega. A possibilidade de sua visão um dia não voltar a assombrar todas as manhãs.

Arneida sai da cama e vai preparar o café. Ela sabe exatamente onde estão todos os ingredientes necessários. Trata-se de uma tarefa relativamente simples. Basta pegar o pó, colocá-lo com o medidor na cafeteira, colocar uma determinada quantidade de água, apertar um botão e esperar. Logo seu café ficará pronto e ela poderá seguir com sua rotina.

Cena 3

Leia acorda cedo todos os dias. É uma manhã qualquer de 2021 e ela precisa preparar sua filha para uma das terapias que faz. Não há muito tempo para ficar na cama e Leia levanta rapidamente. Sua filha nasceu em 2008 com paralisia cerebral devido a um parto que

foi mais demorado do que o convencional. Por esta razão, a menina³ possui comprometimento motor e comunicacional. Sua cadeira de rodas é grande, possui um suporte para a cabeça e um espaço grande na frente para uma prancha comunicacional. Leia não precisa que a filha utilize a prancha em suas conversas cotidianas, mas os demais indivíduos que convivem com a menina precisam.

Leia prepara o café da manhã das duas, troca a roupa da menina e a alimenta. Em seguida, pega a grande cadeira de rodas e desce com elas nas mãos por uma longa escada até o nível da rua. Leia sobe as escadas novamente, pega a filha nos braços, desce novamente e a colocando na cadeira. Leia conduz a filha pelo canto da rua até o ponto de ônibus. Não é possível utilizar uma cadeira de rodas pelas calçadas da Vila Andrade, bairro localizado na zona sul de São Paulo. Às vezes, motoristas buzina de seus carros, demonstrando descontentamento por existir uma pessoa em cadeira de rodas na rua.

Abrindo caixas-pretas

Bruno Latour (2000) define como caixa-preta a rede sociotécnica (provisoriamente) estabilizada que, funcionando como deveria funcionar, são poucos os que realmente precisam pensar a seu respeito. Uma caixa-preta é aquele elemento silencioso, ou cujo ruído todos estamos acostumados a lidar. Se as coisas estão funcionando da forma como deveriam, nada precisa ser feito com uma caixa-preta e ela pode continuar lá, onde “sempre” esteve. Caso, por alguma razão, ela deixe de funcionar, toda uma nova rede sociotécnica se estabelece ao seu redor para devolvê-la à sua normalidade silenciosa. Normalmente, caixas pretas estão relacionadas a artefatos tecnológicos estabilizados, porém o conceito delineado por Latour é amplo o suficiente para abarcar determinados aspectos da nossa vida cotidiana.

As rotinas matinais que narramos nas três primeiras cenas deste trabalho possuem especificidades que a maioria dos indivíduos com corpos estandardizados⁴ sequer pensa a respeito. O que aconteceria com Lia se sua bengala canadense fosse colocada em um local mais

³ Para preservar a identidade da filha de Leia, que é menor de idade, iremos nos referir a ela ao longo do texto como “filha de Leia” ou simplesmente “a menina”.

⁴ Empregamos o conceito de corpo estandardizado de Susan Star (1990), cujo artigo analisa as dificuldades enfrentadas por indivíduos que, como a autora, possuem corpos cujas necessidades são não levadas em conta na formação de determinadas redes sociotécnicas. Débora Diniz (2012) afirma que o modelo biomédico da deficiência é aquele que defende a existência de um corpo que funciona dentro de determinados critérios de normalidade biológica, sendo uma pessoa com deficiência aquele que sai deste padrão. Por sua vez, Fabíola Rohden (2018) aponta a necessidade de mensuração de funções do corpo para que o mesmo esteja de acordo com a normalidade biomédica. As três autoras ajudam a compreender um corpo estandardizado como aquele que funciona dentro da normalidade biomédica, que, por sua vez, é determinada por métricas desenvolvidas pelas comunidades científicas. Quando os indivíduos “desviam” deste padrão de normalidade, enfrentam sérias dificuldades para usufruto pleno dos benefícios sociais possibilitados por um coletivo.

afastado de sua cama? O que aconteceria com Arneida se os fones de ouvido de seu celular deixassem de funcionar? Ou o que acontecerá com Leia quando sua filha crescer mais e, conseqüentemente, ficar com um peso que Leia não consiga carregar nos braços?

Uma existência só é possível a partir de associações que possibilitam o desenvolvimento de atividades cotidianas. Um dos méritos dos chamados *STS studies* é justamente chamar a atenção para a importância destas associações. Latour (1990) é um dos autores que afirmam ser os elementos materiais aqueles que asseguram, possibilitam e dão coesão a um determinado coletivo. Valendo-se de uma anedota a respeito de uma peça metálica pesada adicionada aos chaveiros dos hotéis, Latour demonstra que é o acréscimo de associações a uma rede sociotécnica que possibilita sua estabilização, além de permitir que alguns imperativos sejam colocados em prática. Sem o peso metálico nas chaves, muitos hóspedes esquecem de deixá-las na recepção do hotel quando saem de seus quartos, fato que incomoda alguns gerentes que, por sua vez, começaram a buscar alternativas “tecnológicas” que obrigassem os hóspedes a agirem de determinada forma. O acréscimo do peso extra torna a chave desconfortável de se carregar, o que faz com que as pessoas não se esqueçam de deixá-las onde deveriam deixar. Daí a afirmação de Latour a respeito da tecnologia: é ela que torna a sociedade durável.

Quando chamamos a atenção para a importância da materialidade das redes sociotécnicas que possibilitam até nossas mais banais atividades cotidianas, como sair da cama ou deixar as chaves do hotel na recepção, buscamos salientar que as tecnologias utilizadas sempre foram questões de escolhas e essas escolhas são feitas de acordo com pré concepções que circunscrevem uma determinada maneira de *ser humano*. Em outras palavras, a tecnologia é capaz de sustentar e prolongar uma determinada forma de *humanidade*.

As críticas das ciências humanas chamam atenção para diferentes corpos que, por desviarem do padrão estabelecido socialmente, são considerados corpos inconformes: negros, mulheres, gays, pessoas que fogem de esteriótipo de gênero etc. Proliferam estudos que buscam identificar as estruturas discriminatórias da sociedade e questiona-se frequentemente a supremacia dos homens brancos cis de meia idade e sem deficiência que, historicamente, são aqueles que tomam as decisões que impactam em toda a vida coletiva (dos humanos ao não-humanos). Porém, o que pouco se questiona, é a normatização *biológica* dos diferentes humanos.

Sistemas pedagógicos são desenvolvidas tendo como base uma média de conhecimentos, habilidades e atitudes que se devem ser alcançadas por crianças em

determinadas idades; provas e testes escolares são elaborados com tamanho de folhas e letras que podem ser lidas apenas por indivíduos que possuem o sentido da visão funcionando de acordo com determinados parâmetros de normalidade; elaboramos planos de comunicação e estratégias de falas adequada a um público “de papel”, ou seja, a um público que o autor identifica como ideal; a altura dos degraus de uma escada é determinada tendo como base e altura e a mobilidade de indivíduos adultos com corpos estandardizados; roupas são padronizadas de acordo com o comprimento médio dos membros e do torço; entre muitos outros exemplos.

Essas redes sociotécnicas, fechadas e estabilizadas a partir de determinados pressupostos, tornam-se facilmente caixas-pretas em nosso cotidiano. Enquanto elas funcionam corretamente, não pensamos a seu respeito. Este artigo busca justamente mostrar que, para uma parcela considerável da população, estas caixas simplesmente não deveriam funcionar como funcionam.

Cena 4

Lia acorda, pega sua bengala canadense e se dirige para a cozinha para tomar seu café da manhã. Para onde ela vai, sua bengala vai junto. Normalmente, Lia fica em sua casa até o horário em que precisa sair para trabalhar. Sua rotina, pelo menos durante os dias úteis da semana, consiste em ler livros e jornais e assistir televisão em seu quarto.

Quando quer ler, Lia abre a grande janela de seu quarto e aproveita a luz natural. Ela fica bastante tempo deitada em sua cama lendo e gosta muito de literatura brasileira, principalmente de crônicas e, às vezes, romances. Fernando Sabino é um dos seus autores favoritos.

Assistir TV é algo que Lia faz desde que seu pai comprou a primeira televisão da família, uma RCA Victor, adquirida por volta de 1960. Lia e seu irmão gêmeo Kiko, que coincidentemente nasceu com deficiência, sempre foram de ficar em casa lendo e assistindo televisão. Por conta da deficiência que possuem, não existia muita oportunidade para brincar na rua. Quando eram crianças, às vezes recebiam uma vizinha em casa que brincava com eles.

Cena 5

Arneida toma seu café, arruma rapidamente a cozinha e algumas partes da casa. Ela possui um cachorro que, normalmente, faz suas necessidades nos espaços em que foi ensinado a fazer, mas às vezes suja a casa onde não deveria. Arneida mora com o marido, que é cego, e

um filho de dezesseis anos que é uma pessoa sem deficiência. Normalmente, o filho de Arneida aponta para ela onde o cachorro fez sujeira e, posteriormente, ela vai até o local e limpa. Mas às vezes ela tem que localizar a sujeira sozinha. Ela sempre coloca a mão dentro de uma sacola plástica, pega um pedaço de papel toalha e tateia até localizar as fezes ou a urina do cachorro. Ela sempre identifica o foco da sujeira, principalmente pelo olfato.

Organizada a casa, Arneida vai até seu computador e o liga. Ela utiliza um leitor de tela, software que lê em “voz alta” o conteúdo em que o cursor do mouse está posicionado acima. Se sua visão está baixa, Arneida enxerga a posição que o cursor está na tela e o processo como um todo fica mais simples. Se está sem visão, ela arrasta o mouse pela tela até ouvir o sinal sonoro daquilo que busca. Durante o seu mestrado, o que ela mais faz no computador é ler os textos que os professores indicam ou participar de videochamadas, seja para aulas ou para reuniões relacionadas aos estudos.

Frequentemente, uma pessoa qualquer a envia por mensagem eletrônica links para chamadas de vídeo. Normalmente estas mensagens são algo do tipo:

Bom dia, Arneida!

Segue o link: <https://meet.google.com/xxx-xxxx-xxx>⁵

Trata-se de uma mensagem banal, comumente trocada durante a pandemia de Covid-19 iniciada em 2019. A questão principal é que, para Arneida, esta mensagem não está acessível. Pequenos detalhes importam.

Cena 6

Leia empurra a cadeira da filha pela rua. Há pouco tempo atrás, o ponto de ônibus ficava mais longe de sua casa. A região da Vila Andrade é uma das mais desiguais da cidade. Com baixa urbanidade, quase metade das residências (49%) estão em favelas (PADIN 2019). Os moradores do bairro observam um forte processo de gentrificação. A cada ano, diversos novos prédios tomam conta do espaço. Quando um novo prédio foi inaugurado próximo da casa onde Leia mora, um novo ponto de ônibus apareceu na região.

O novo empreendimento do bairro ajudou Leia e a filha, pois a distância menor até o ponto de ônibus torna desnecessário empurrar a cadeira por ruas esburacadas por muito

⁵ E-mail trocado entre Cláudio Bernardino Junior e Arneida em 06 de outubro de 2021 (BERNARDINO JUNIOR 2021).

tempo. Ainda assim, o caminho de sua casa até os locais de terapia não é fácil, pois muitas vezes requer que as duas utilizem até três ônibus. Felizmente a Prefeitura de São Paulo fornece transporte gratuito para pessoas com deficiência e um acompanhante.

A frota de ônibus de São Paulo é, hoje, acessível. Existem lugares específicos para alocar com segurança a cadeira de rodas no carro. Muitos possuem pequenos elevadores ou, no mínimo, rampas que possibilitam o acesso com autonomia.

A filha de Leia faz terapias em quase todos os dias da semana. Nos dias sem terapia, ela faz consultas médicas. Leia e seu marido pagam um plano de saúde para filha que, felizmente, cobre todas as despesas médicas. Exceto a equoterapia, diz Leia. As sessões semanais são pagas à parte.

Vivendo com associações parciais (*más passagens*)

Susan Star (1990) fala dos benefícios que um indivíduo possui quando, por ter um corpo estandardizado, pode fruir com maior plenitude das vivências possibilitadas em um coletivo. Se você não possui nenhuma restrição alimentar, diferente de Star, que é alérgica a cebolas, você pode entrar em qualquer restaurante *fast food* e pedir qualquer lanche. Não é necessário planejamento ou solicitações extras ao atendente. Basta ir quando quiser, pedir qualquer coisa, sentar e esperar que rapidamente você terá em mãos o seu sanduíche.

Se a pessoa possui um corpo inconforme, a simples tarefa de ir a um restaurante não é simples. Esta afirmação pode ser confirmada nas cenas descritas acima. Nos relatos de Lia e Leia, a rua claramente é um problema. Lia não tinha “muitas oportunidades” para brincar fora de casa e, por esta razão, ficava assistindo televisão com o irmão. Leia, além de andar com a filha pelas vias destinadas para carros, o que compromete a segurança de ambas, precisava deslocar-se por grandes distâncias até um ponto de ônibus. Lia e Leia simplesmente não conseguem andar pelas calçadas. Elas são esburacadas, possuem desníveis de uma casa para outra, árvores estão no meio do caminho etc. Chamamos a atenção para o fato da dificuldade de locomoção narrada por Leia não ser causada, em princípio, pela deficiência da filha, mas sim pela qualidade das calçadas. Cabe indagar porque a via para carros é mais adequada para o tráfego de cadeira de rodas do que a via destinada aos pedestres.

Arneida tem dificuldades para localizar informações nos e-mails que recebe. Não porque ela possui baixa visão, mas porque o seu interlocutor desconhece o funcionamento de um leitor de telas e não sabe como é difícil movimentar o mouse a esmo até se ter a resposta aguardada saindo pelas caixas de som ou dos fones de ouvido do computador.

A vivência de ser uma pessoa com deficiência emerge da relação dos indivíduos com os espaços compartilhados. Se deixarmos momentaneamente de lado os parâmetros de normalidade estabelecidos pela biomedicina, notaremos que qualquer corpo possui limites e não apenas os corpos das pessoas com deficiência. Por exemplo, seres humanos não podem voar, mas esta limitação não impediu que surgissem aviões, helicópteros e drones.

De acordo com Moser e Law (1999),

Quando uma rede está no lugar, se as próteses estão funcionando, então há capacidade (ability). Se a rede não está no lugar, então, como é óbvio, há dis/capacidade (dis/ability). Então, esta é a proposição. Dis/capacidade (dis/ability) é sobre passagens específicas entre variáveis materiais heterogêneas. É sobre as características dos materiais que capacitam estas passagens. E é sobre as variáveis que asseguram ou não asseguram as mesmas passagens (201, *tradução nossa*).

Em outras palavras, os autores não compreendem a deficiência como um dado do corpo, como compreende o modelo biomédico⁶, mas como uma situação que emerge em redes cujas associações não são capazes de garantir que determinadas *passagens* sejam realizadas adequadamente. A grande questão enfrentada pelas pessoas com deficiência é justamente a ausência de conexões que as permitam realizar com autonomia algumas atividades cotidianas que estão disponíveis para os demais atores de um dado coletivo. Como por exemplo andar e brincar na rua. Ou mesmo acessar informações de um e-mail de maneira facilitada. Viver em um coletivo que não pensa nas especificidades de pessoas com corpos inconformes resulta em duas consequências: ou a utilização de traduções extras (Grião & Bernardino Junior 2021) que permitam essas conexões (o que Moser e Law chamaram de próteses) ou viver com associações que conectam humanos e não-humanos de maneira parcial, gerando “custos extras”, custos estes pagos com conforto, tempo, dignidade e autonomia. Retomaremos esta questão adiante.

O caso de Leia é emblemático e revela uma característica cruel da urbanidade da Vila Andrade. Enquanto uma determinada parte do bairro é ocupada majoritariamente pelos moradores das favelas, o acesso à infraestrutura urbana, como aos pontos de ônibus, requer maior esforço. À medida que os empreendimentos de classe média e classe alta avançam sob as favelas literalmente com tratores, deixando os mais pobres desalojados, aqueles que conseguem resistir em suas casas observam uma melhoria geral da estrutura da região. Essa melhoria é acompanhada por uma alta geral nos preços praticados para bens e serviços na área. Aqueles que possuem condições financeiras para arcar com o novo custo de vida, conseguem

⁶ Vide nota 2.

fruir desta melhora na urbanidade. Aqueles que não podem, são obrigados a mudar para regiões mais periféricas que possuem a já conhecida falta de estrutura. A facilidade observada por Leia para levar sua filha às terapias ou às consultas médicas não está relacionada a uma súbita tomada de consciência social por parte da administração pública preocupada com a qualidade de vida dos mais pobres. A infraestrutura do bairro melhora na medida em que pessoas de maior poder aquisitivo ocupam os espaços em que os mais pobres foram expulsos. Há uma relação direta entre as possibilidades de conexão em uma rede sociotécnica e o poder aquisitivo dos atores envolvidos.

Cena 7

É hora de Lia ir trabalhar. Ela mora no bairro da Pompeia, na cidade de São Paulo e precisa se deslocar até a região da Vila Buarque, próximo do centro da cidade. Não é uma longa distância a se percorrer, pois a região do centro possui muitas linhas de ônibus. Contudo, em 1982, existem poucos transportes públicos acessíveis na cidade. Foi apenas no ano passado, no Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, que o prefeito Reinaldo de Barros assinou um decreto que tornava obrigatório a presença de um assento reservado às pessoas com deficiência nos ônibus. No mesmo ano, ou seja, 1981, São Paulo ganhou a linha de ônibus Metrô Vila Mariana – Jardim Luzitânia, que passava pelos principais espaços de prestação de serviços destinados às pessoas com deficiência. A linha foi inaugurada no dia do trabalho (01/05/1981) sem nenhum carro acessível e com uma estrutura física que trazia os mesmos problemas de acesso para as pessoas com deficiência que qualquer outro ônibus da cidade. A própria Lia fundou e participou de uma entidade ligada ao Movimento Social das Pessoas com Deficiência que reivindicava transportes públicos acessíveis desde 1980 (Grião 2021 *no prelo*). Em 1982, os debates sobre acessibilidade aconteciam, mas foram poucos os que efetivamente se transformaram em políticas públicas.

Sem uma forma segura de ir ao trabalho com transporte público, Lia precisa ir de carro. Como ela não dirige, se vê obrigada a contratar um motorista de táxi para levá-la todos os dias.

Cena 8

Arneida analisa alguns textos que foram solicitados pelos professores dos cursos que compõem a carga horária exigida pelo seu curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Os textos foram separados e disponibilizados

por um estagiário fornecido pela Universidade. Conseguir o estagiário levou tempo e muita luta, assim como fazer a prova de seleção do mestrado. Arneida vivencia constantemente as barreiras impostas pelo programa universitário ao qual está vinculada. Por exemplo, nem todos os textos solicitados pelos professores são acessíveis à Arneida. Alguns arquivos em formato pdf são imagens de textos que o leitor de tela é simplesmente incapaz de decodificar. Não são todos os professores que conhecem a tecnologia Optical Character Recognition (OCR), capaz de converter imagens em textos dentro de um pdf. Preocupados unicamente em disponibilizar os materiais que serão utilizados em suas aulas, estes profissionais normalmente pensam apenas no conteúdo dos arquivos e não no seu formato ou acessibilidade. Conhecer e dominar o uso da OCR não faz parte das atribuições docentes. Cada aluno corre atrás do que é seu.

Cena 9

De volta à sua casa, Leia precisa desenvolver as atividades da escola que foram disponibilizadas online na plataforma Google Classroom pelos professores da filha. Desde de março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas por conta da pandemia de Covid-19 e as crianças, por conta disso, precisam estudar em casa. Leia possui um computador que está quebrado. A qualidade do sinal de internet em sua casa também oscila bastante. Mesmo assim, utilizando o celular, Leia procura auxiliar a filha da melhor maneira possível. Algumas atividades as duas conseguem compreender e resolver juntas; outras, as aulas em formato digital disponibilizadas pelos professores não são capazes de fornecer os subsídios necessários para a realização da atividade. A internet oscila. Leia desiste.

Transformando *más passagens* em *boas passagens*

Moser e Law (1999) falam a respeito das passagens entre variáveis diferentes. As rampas e elevadores de acesso que permitem a Leia embarcar nos ônibus com a filha não existiam quando Lia precisava trabalhar. Os autores consideram a ausência de rampas como *más passagens*, pois dificultam a passagem entre a rua e o ônibus. Essas *más passagens* são chamadas, nos estudos sociais da deficiência, de *barreiras*. Débora Diniz (2012) define barreiras como elementos de natureza social que impedem uma pessoa com deficiência de fruir com autonomia de um determinado espaço. Nestes estudos, as barreiras podem ser superadas com medidas de *acessibilidade*.

Assim, uma *má passagem* pode se transformar em uma *boa passagem* caso ocorram ações voltadas à acessibilidade. Romeu Sasaki (2005), apresenta seis tipos destas ações: a

acessibilidade atitudinal, a arquitetônica, a comunicacional, a instrumental, a metodológica e a programática.

Informar o link de uma reunião em um formato adequado para que o leitor de tela o identifique com facilidade é uma acessibilidade comunicacional; utilizar tecnologia OCR na hora de disponibilizar os textos da aula é uma acessibilidade instrumental; adicionar rampas aos transportes coletivos é uma acessibilidade arquitetônica; disponibilizar no Google Classroom atividades inacessíveis (do ponto de vista do conteúdo e do ponto de vista de não estar adaptada às crianças com deficiência) demonstra uma falta de acessibilidade comunicacional e instrumental. Vale ressaltar que tornar informações e conteúdos acessíveis independente de grandes investimentos financeiros. Se os habitantes de um determinado coletivo prestarem atenção em algumas de suas atitudes, diversas barreiras já seriam eliminadas.

Quando Lia contratou um motorista para conseguir ir trabalhar, ela encontrou uma forma de *burlar* as inúmeras passagens ruins que encontraria no trajeto de casa para o trabalho. Obviamente, uma pessoa sozinha não consegue acabar com todas as barreiras que encontra. É necessário, no mínimo, a mobilização política de um grupo numeroso de pessoas com deficiência. Consciente disso, Lia participou ativamente dos Movimentos Sociais nos anos 1980. Para que os ônibus utilizados por Lia possuam *boas passagens*, Lia e seus companheiros precisaram atuar com afinco há quarenta anos atrás.

A experiência de Lia com a educação formal da filha com deficiência se confunde com a experiência de diversos pais que se viram, do dia para noite, obrigados a fazer o papel que antes era da escola. Por si só, a tarefa não seria simples. Na periferia, onde a infraestrutura da internet é precária, a tarefa é ainda mais dificultosa. Educar uma criança com deficiência sem instrução formal para este fim e, ainda, precisar lidar com o acesso precarizado a equipamentos imprescindíveis para a educação à distância, torna a tarefa simplesmente impossível. A questão do acesso está muito além de ser exclusiva das pessoas com deficiência.

Cena 10

Lia chega no seu local de trabalho. O caminho entre o carro, o saguão e a subida para o andar em que atua possui, felizmente, apenas boas passagens. Não existem degraus, apenas caminhos retos e elevadores.

Lia trabalha em uma sala coletiva. Ela é ampla e bem iluminada, com mesas metálicas espalhadas por todo o espaço. Os revisores trabalham sentados em duplas, uma pessoa em frente da outra.

Todos os dias alguém leva para Lia a matéria que ela precisa revisar. Sentada, ela lê atentamente o texto, sussurrando-o a uma altura de voz que apenas ela consegue ouvir. Na verdade, todos os revisores trabalham da mesma forma, o que faz com que o murmurinho seja o som padrão do ambiente. Enquanto lê, Lia corrige o texto marcando com canetas as palavras incorretas. Sempre que um revisor possui dúvidas a respeito da grafia de uma palavra, ele precisa se levantar e ir até a mesa onde está o dicionário. Às vezes, é necessário esperar um colega terminar de utilizá-lo.

Quando a revisão termina, Lia a assina e entrega para seu supervisor. O texto é, então, submetido ao setor responsável que vai preparar a impressão do jornal para a manhã seguinte.

Ao longo dos dias de trabalho, é relativamente comum ver o supervisor parado ao lado de um dos revisores com um papel na mão, uma cara de desaprovação e a palavra “lamentável” saindo de sua boca.

Na Folha, erros não são aceitos. Sempre que uma palavra passa despercebida pelo revisor, sua atenção é chamada. E, para mostrar a insatisfação do supervisor, o erro é destacado em vermelho no papel assinado pelo revisor, que, por sua vez, é fixado em um mural para que todos na sala vejam que um colega se distraiu durante o trabalho. Existe um resultado final a ser atingido e desvios do caminho não são tolerados.

Cena 11

Arneida está aposentada. Sua aposentadoria coincidiu com o começo do seu mestrado e com o começo da pandemia de Covid-19.

Além do trabalho doméstico e dos estudos, Arneida precisa cozinhar. Esta é uma atividade que a maioria das pessoas não consegue desenvolver sem o sentido da visão, mas Arneida está acostumada. Depois de cortar o que o é preciso e separando a quantidade certa dos ingredientes, ela junta tudo em uma panela e leva ao fogo.

Como saber que a refeição está pronta sem enxergá-la?

Para a Arneida, a resposta é: “pelo som”. Depois de pronta, a comida faz um barulho diferente. Para o marido de Arneida, a resposta é: “pelo vapor em meu rosto”. Quando o arroz fica pronto, por exemplo, a quantidade de vapor que sai da panela é menor e o marido de Arneida consegue identificar assim. Ela também conhece o “segredo” da quantidade de vapor, porém a fumaça quente em seu rosto faz seus olhos doerem e ela prefere se orientar pelo som.

Claro que existem alguns elementos espaciais e tecnológicos que tornam a atividade de cozinhar mais simples para ambos. Arneida diz que a cozinha de sua nova casa é menor que a anterior e, por isso, é mais fácil para ela localizar o que precisa. Ela também prefere painéis elétricos por conta da função *temporizador* que possuem. Assim, é mais fácil de saber quando a comida fica pronta.

Cena 12

Leia dedica todo o seu tempo para cuidar da filha e da casa. Quando a menina tinha cerca de três anos de idade, Leia precisou largar seu antigo emprego de caixa de supermercado. Esta foi a única escolha possível. Cuidar de uma criança com deficiência é financeiramente custoso. Os honorários solicitados por cuidadores acabaram sendo maiores que o próprio salário de Leia, então sair do emprego era mais vantajoso do ponto de vista financeiro.

Desde então, seu marido trabalhou o dia inteiro para sustentar a casa e pagar o plano de saúde da filha, sem o qual os diversos tratamentos que ela faz não seriam possíveis.

Diferentes humanidades

Thomas Abrams e Bárbara E. Gibson (2017) publicaram um artigo onde enfatizam com muita frequência como a deficiência emerge de uma determinada rede sociotécnica. Tomemos como exemplo a história de Lia.

Lia é uma pessoa com deficiência para ir ao trabalho. As passagens que estão disponíveis para que ela saia de sua casa até o prédio da Folha possuem barreiras que dificultam sua locomoção com autonomia. Por esta razão, ela precisa de um motorista particular. A rede sociotécnica mobilizada para o transporte urbano não está adequada a Lia e por esta razão sua deficiência fica bastante evidenciada.

Contudo, a Lia que está inserida na rede sociotécnica de seu trabalho não enfrenta questões muito diferentes das enfrentadas pelos demais revisores. Obviamente, para Lia é mais desconfortável ficar em pé aguardando o dicionário, caso essa situação apareça. Ou ela precisa dispendir mais energia para ir buscar um café, ir ao banheiro ou mesmo ir até a mesa do dicionário. Mas tirando essas situações, Lia é apenas mais uma revisora. Caso ela erre, seu supervisor dirá também que ela teve uma atitude “lamentável”. Caso ela faça qualquer ação que destoe da rede sociotécnica em que está inserida, ela sofrerá as mesmas consequências que qualquer outro revisor sofreria.

Isso se dá porque algumas redes estão adequadas às pessoas com deficiência e outras não. Ao longo dos relatos aqui publicados, observamos como pessoas com deficiência realizam suas atividades cotidianamente. As dificuldades ou facilidades nestas realizações, ou seja, as boas ou as más passagens, são apresentadas pelas redes e não pelos indivíduos.

Em casa, Arneida e seu marido continuam pessoas com deficiência visual. Contudo, fazem normalmente atividades como cozinhar, cuidar da casa, cuidar do cachorro, estudar e criar um filho adolescente. Isso se dá porque a casa está adequada às suas especificidades. Arneida sabe onde está o café, sabe onde está a cafeteira e sabe onde está a água. Logo, é fácil para ela fazer o café. Ela sabe o barulho que a cebola faz quando está refogada o suficiente para receber o restante dos ingredientes de seu prato. Ela sabe o que pedir para sua assistente pessoal Alexa, da Amazon, se quiser ver televisão. E seus amigos sabem como enviar links para ela por mensagem. A deficiência vivenciada por Arneida é relacional, ou seja, depende do espaço e das pessoas com as quais ela se relaciona.

O mesmo vale para a filha de Leia. Quando a mãe está por perto para facilitar a relação da filha com as redes em que ambas estão inseridas, as necessidades da menina são atendidas com mais facilidade do que quando a mãe está ausente. Na escola, por exemplo, a falta de experiência em cuidados com pessoas com deficiência experienciada pelos profissionais que orbitam a filha de Leia certamente tornam a vida da criança mais difícil.

Sobre a deficiência enquanto fenômeno relacional, Abrams e Gibson concluem que a análise das dinâmicas das redes em suas especificidades podem elucidar como, por exemplo, pessoas com deficiência podem ter capacidades e incapacidades em diferentes caminhos e em diferentes contextos. Em alguns casos, a deficiência pode estar associada mais facilmente ao impedimento do corpo, enquanto que em outras situações, a deficiência é fruto das condições sócio-materiais enfrentadas pelas pessoas (Abrams & Gibson 2017: 427).

Outra contribuição dos autores está no destaque para a possibilidade de existência de diferentes formas de humanidade, colocadas em práticas a partir de “políticas ontológicas” ligadas às vivências de pessoas com deficiência. Os autores utilizam a definição de Annemarie Mol acerca de políticas ontológicas: “são políticas relacionadas com a forma como um problema é enquadrado, corpos são moldados e vidas são ‘forçadas’ e ‘colocadas’ dentro de uma forma ou outra” (Mol 2002: viii apud Abrams & Gibson 2017: 4, *tradução nossa*).

Quais são, então, as políticas ontológicas que definem as histórias aqui narradas e como elas caracterizam uma forma de ser humano em detrimento a outras?

Primeiramente, existe a questão do trabalho e da produtividade. A humanidade que circula nestas redes sociotécnicas é uma humanidade de trabalhadores. Todos os três precisam produzir para sobreviver. No caso de Leia, ela precisou largar o seu antigo trabalho unicamente pelo fato de ser financeiramente mais benéfico ela não receber salário algum ao invés de pagar um cuidador para ficar com sua filha.

Em segundo lugar, trata-se de uma humanidade que leva muito pouco em conta o trânsito de pessoas em vias públicas. Aqueles que não possuem carros ou motoristas são obrigados a se deslocar por ruas e calçadas que impossibilitam o trânsito seguro de pessoas em cadeira de rodas (e de pedestres em geral). Ou mesmo pessoas cegas, tendo em vista que muitos pisos táteis terminam abruptamente, quando não levam a pessoa guiada a se chocar com árvores ou outros obstáculos.

Em terceiro lugar, é uma humanidade cujos parâmetros de normalidade são estipulados por critérios biomédicos acerca do funcionamento do corpo, conforme indicamos anteriormente.

Todos estes valores, que circulam e são sustentados pelas redes sociotécnicas que todos nós estamos conectados, atendem de maneira mais eficiente pessoas sem deficiência. É justamente por esta razão que tantas “próteses” ou “traduções” são necessárias para “forçar” e “colocar” pessoas com deficiência nos mesmos espaços de pessoas sem deficiência. Em outras palavras, o que estamos defendendo é que apenas através de próteses e traduções pessoas com deficiência conseguem ter minimamente asseguradas o tipo de humanidade que emerge nas redes em que estão inseridas.

Cena 13

A vida de Lia não se resume a idas de casa ao trabalho e todas as barreiras enfrentadas no caminho. Lia e seu irmão Kiko gostam muito de cinema e saem juntos para assistir filmes sempre que possível. Os dois frequentam apenas alguns cinemas da cidade, aqueles que são mais acessíveis. Normalmente, estes cinemas estão localizados em shoppings como o Shopping Iguatemi.

Muitas vezes, os dois conversam com os funcionários do cinema para entrarem pela saída. Assim, eles evitam as filas e entram mais ou menos pela parte central da plateia. É uma forma de evitar um tempo excessivo em pé. É uma forma também de não ficarem na “fila do gargarejo”, ou seja, a fila mais próxima da tela em que o espectador precisava ficar com o pescoço esticado e a cabeça para trás para assistir ao filme, posição semelhante àquela do

gargarejo. Não é uma forma de “burlar” as filas. Acontece que, se entrarem pela entrada normal, Lia e Kiko normalmente precisam esperar que todos entrem para só depois acessarem o espaço.

Lia também gosta de frequentar restaurantes com seus amigos do Movimento Social das Pessoas com Deficiência. Contudo, esta atividade simples precisa ser programada com alguma cautela. Se o grupo quiser conhecer um novo restaurante, é necessário, no mínimo, indicações de pessoas conhecidas. Ou ligar para o estabelecimento e verificar se existem escadas ou algum tipo de barreira arquitetônica. Não é raro ouvirem de um funcionário que o estabelecimento possui as condições necessárias para recebimento do grupo com conforto e, quando chegam lá, se deparam com outra realidade.

Lia afirma que normalmente não deixa de fazer nada por conta de sua deficiência. A única coisa a mais que lhe é exigido é um tipo diferente de planejamento.

Cena 14

Durante os estudos para seu mestrado, Arneida passa os momentos de lazer em casa. Não por conta da sua deficiência visual, mas porque seus estudos começaram em um momento de isolamento social e sair de casa não é uma opção.

A pandemia também trouxe mudanças significativas que estão muito além do isolamento em si. Arneida sempre teve baixa visão, resultado de uma infecção de toxoplasmose que sua mãe teve durante a gravidez. Contudo, no começo da crise epidemiológica mundial de 2019, Arneida contraiu uma infecção nos olhos. Como as clínicas médicas estavam fechadas por conta da pandemia, a infecção perdurou e ela perdeu quase completamente a visão. Em novembro de 2020 ela finalmente conseguiu fazer uma cirurgia, mas não a tempo de evitar sequelas permanentes.

Ao longo do dia, a pressão nos olhos de Arneida varia muito. Quando ela está com a pressão muito alta, os impulsos elétricos que normalmente são enviados dos olhos para o cérebro são interrompidos e ela deixa de enxergar. Quando a pressão abaixa, sua baixa visão retorna e ela vê contornos embaçados. Arneida toma muitos remédios para controlar a pressão dos olhos e, embora a situação esteja sensivelmente melhor do que estava no ano passado, ela ainda fica cega algumas vezes ao longo do dia.

A infecção nos olhos e o constante medo de ficar cega, fez com que algumas opções de lazer que poderiam ser feitas em casa perdessem o interesse para Arneida. Antes, ela gostava de assistir televisão, pois conseguia de fato enxergar alguma coisa. Agora, em muitos momentos, ela apenas escuta. Mesmo com as facilidades advindas da aquisição de uma

SmartTV que pode ser controlada por voz através da assistente pessoal Alexa, Arneida assiste muito pouca televisão. Seu momento de lazer é, agora, fazer refeições diferentes em casa com o marido e com o filho. Ela gosta muito de pedir pizzas.

Antes da pandemia, Arneida gostava de praticar esportes. Ela corria, fazia judô, praticava salto com varas e gostava de andar de bicicleta. Ela acredita que os esportes ajudam a pessoa com deficiência a ter autonomia. Com o judô, por exemplo, ela aprendeu a cair. Como uma pessoa com deficiência visual, Arneida cai com frequência, mas graças ao judô ela consegue cair sem se machucar muito. Ela também fez parte do Pedal da Inclusão, um grupo de ciclistas de Vitória (ES) que pedalava em bicicletas duplas, possibilitando assim que uma pessoa com deficiência visual pudesse andar de bicicleta com segurança.

Dos amigos dos esportes, Arneida lembra com carinho, principalmente dos piqueniques após os pedais. Era o momento em que cada participante levava uma refeição que ficava disposta em uma grande mesa. Assim como Lia, Arneida diz que nunca desistiu de muita coisa por conta de sua deficiência. Tudo o que ela precisa é de resiliência e um tempo maior de planejamento.

Cena 15

Leia não possui muitos momentos de lazer. Durante a pandemia de Covid-19, ela passa a maior parte do tempo em casa cuidando da filha. Quando a menina ia para a escola, Leia aproveitava o momento para cuidar da própria saúde e estética. Menos o cabelo, ela diz. O cabelo ela gosta de cuidar em casa.

Os momentos de lazer que Leia passa é em casa e com a filha, normalmente assistindo televisão.

Antes de 2020, a filha de Leia, às vezes, saía para passear com o pai. Normalmente, eles iam para o cinema em shopping pela mesma razão que, há quase quarenta anos atrás, Lia e Kiko faziam o mesmo: o shopping é um espaço acessível. Nos momentos em que a filha e o marido estavam fora de casa, Leia realizava as atividades domésticas.

Taxa para exclusão e associações amplas

As próteses e traduções a quais nos referimos possibilita que pessoas com deficiência participem de um coletivo cuja rede sociotécnica que o sustenta não atende plenamente suas especificidades. Este “custo” adicional cobrado para que estas pessoas participem da vida coletiva é chamada por Enka Blanchard (2020) de “CripTax”, que

traduziremos aqui como *taxa para (manutenção da) exclusão*⁷. Essa taxa não é apenas uma taxa financeira, embora também o seja (Lia precisa de um motorista particular para ir trabalhar; Arneida precisa de painéis elétricos; Leia precisa de um plano de saúde para a filha). A taxa para exclusão é paga também com tempo adicional para a realização de determinadas atividades (Lia precisa ligar para restaurantes antes de ir; Arneida precisa combinar com os amigos quando ela poderá andar de bicicleta; Leia precisa dedicar quase todo o seu tempo para cuidar da filha). Pode ser paga, também, com conforto físico (Lia sente mais desconforto que os colegas ao esperar em pé pelo dicionário; Arneida sente dores nos olhos se for cozinhas sentindo os vapores no rosto; Leia precisa subir e descer as escadas de casa carregando a filha nos braços).

Poderíamos abrir toda uma nova seção para demonstrar, ainda, que esta taxa também é paga com aspectos da dignidade humana. Todas as entrevistas contaram com histórias agudas de preconceito e desrespeito que as entrevistadas enfrentaram por conta das deficiências.

Gostaríamos, entretanto, de chamar atenção para o que Blanchard chama de taxas psicológicas. A quantidade excessiva de taxas para (manutenção da) exclusão que são pagas levam a, no mínimo, um estresse só pela pessoa possuir uma deficiência. Mesmo em suas casas, ou seja, em ambientes preparados para tornar a vida com deficiência uma vida normal, muitos indivíduos precisam de tempo para se recuperar deste estresse. Dependendo da deficiência, este tempo em casa ajuda a recuperar também a exaustão física.

Assim, salientamos que além de todos os custos adicionais pagos pela pessoa com deficiência viver em uma sociedade que não pensa em suas especificidades, há um pagamento adicional, uma espécie de “juros” que faz com que nos momentos em que a pessoa com deficiência poderia viver de maneira mais adequada às suas demandas, ela continue se desgastando pelas passagens que enfrentou ao longo do dia.

É importante observar que o pagamento destas taxas vem de um “fundo limitado”. Quanto mais taxas são pagas, mais a pessoa com deficiência precisa de tempo para recuperar este fundo e, assim, ter energia suficiente para o pagamento de taxas futuras. Chamamos a atenção para o fato de muitos dos custos adicionais pagos pela pessoa com deficiência só existem devido ao fato de o coletivo não estar adequado às suas especificidades. Por esta razão, é exigido delas a utilização, por vezes excessiva, de próteses e traduções.

⁷ O termo “crip”, em inglês, é usado para designar a pessoa com deficiência, porém entendemos tratar-se de uma palavra que merece atenção. Nos EUA, “crip” é utilizado como um termo pejorativo, traduzido normalmente como “aleijado” no Brasil. Compreendemos que “CripTax” é cunhado justamente para ser um conceito que provoque desconforto para o leitor, porém a tradução mais ou menos literal do conceito para *taxa do aleijado* nos parece ofensiva e desnecessária. Assim, optamos por traduzi-lo para “taxa para (manutenção da) exclusão” em uma tentativa de manter o elemento desconfortável do conceito, porém sem torná-lo ofensivo.

Optamos por encerrar este artigo com cenas que retratam os momentos de lazer de pessoas com deficiência para demonstrar que a vida, para elas, segue normalmente. A vida social baseada em uma ética cristã católica nos ensina a ter *piedade* destas pessoas, a *ajudá-las*. Nenhum de nós foi educado a ser piedoso com nenhuma outra minoria, apenas com as pessoas com deficiência.

Nosso objetivo é chamar atenção para a possibilidade de vidas plenas e de diferentes humanidades, onde não há necessidade de uma compaixão condescendente que mais reforça o ideal de superioridade daqueles que possuem corpos estandardizados do que, de fato, dá autonomia e dignidade a alguém. Enquanto coletivo, precisamos incorporar em nossa vida cotidiana a luta pelos direitos humanos e esta luta passa necessariamente pela diminuição das taxas cobradas de diversas minorias.

Lia e a filha de Leia frequentam shoppings. Ambas possuem, *a priori*, uma limitação grande nas opções de entretenimento. Os shoppings se destacam por serem espaços planos, com elevadores, com múltiplas possibilidades de lazer que, de uma forma ou de outra, atendem os gostos de uma grande quantidade de indivíduos.

Arneida praticava judô, corrida, bicicleta, salto com vara, todas atividades realizadas em redes que atendiam às suas necessidades. Frisamos que muitas deficiências emergem devido às conexões estabelecidas em rede, sendo perfeitamente possível que humanidades sejam exercidas com dignidade desde que a rede sociotécnica a suporte.

O que propomos, com este artigo, é chamar a atenção para como o coletivo não acessível “cobra” excessivamente de algumas pessoas em detrimento a outras. Abrindo algumas caixas-pretas cotidianas, buscamos demonstrar como a vida de pessoas com deficiência pode ser eficiente ou deficiente dependendo das passagens que foram estabelecidas. Criar coletivos que possibilitem associações amplas, que permitam a conexão de pessoas diferentes (afinal, todos somos diferentes) é uma forma de diminuir os custos da deficiência e permitir que novas humanidades emergjam. A construção de coletivos com amplas associações é, portanto, uma forma de garantia e promoção de direitos humanos para múltiplas humanidades.

Referências

ABRAMS, Thomas; GIBSON, Barbara E. 2017. “Putting Gino’s lesson to work: Actor–network theory, enacted humanity, and rehabilitation”. *Health: An Interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine*, [S. l.], 21(4): 425–440. DOI: 10.1177/1363459315628039.

BERNARDINO JUNIOR, Cláudio. 2021. *Link para reunião*. Acesso em: 10 nov. 2021.

BLANCHARD, Enka. 2020. Spatialités et temporalités du handicap II: une typologie systématique des taxes temporelles. *Espacestems.net*. Disponível em: <https://www.espacestems.net/en/articles/crip-spatialities-and-temporalities-ii-a-systematic-typology-of-temporal-taxes/?output=pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

DINIZ, Débora. 2012. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense.

GRIÃO, Carla. 2021. *Lugares de Memória do Movimento Social das Pessoas com Deficiência na cidade de São Paulo de 1978 a 1981*. Mestrado em Identidades e Culturas. Instituto de Estudos Brasileiros. Universidade de São Paulo.

GRIÃO, Carla; BERNARDINO JUNIOR, Cláudio. 2021. “Relações entre os estudos sobre deficiência e os Estudos das Ciências, Tecnologias e Sociedades: a acessibilidade como forma de tradução”. *Pacha*. Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global, [S. l.], 2(5):21066. DOI: 10.46652/pacha.v2i5.66.

LATOURE, Bruno. 1990. “Technology is Society Made Durable”. *The Sociological Review*, [S. l.], 38(1):103–131. DOI: 10.1111/j.1467-954X.1990.tb03350.x.

LATOURE, Bruno. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP.

MOSER, Ingunn; LAW, John. 1999. “Good Passages, Bad Passages”. *The Sociological Review*, [S. l.], 47(1): 196–219. DOI: 10.1111/j.1467-954X.1999.tb03489.x.

PADIN, Guilherme. 2019. “Dois mundos lado a lado: Vila Andrade é face de uma SP desigual”. *Notícias - R7*. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/dois-mundos-lado-a-lado-vila-andrade-e-face-de-uma-sp-desigual-05112019>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ROHDEN, Fabíola. 2018. “Os hormônios te salvam de tudo”: produção de subjetividades e transformações corporais com o uso de recursos biomédicos. *Mana*, [S. l.], 24(1):199–229. DOI: 10.1590/1678-49442018v24n1p199.

SASSAKI, Romeu Kazumi. 2005. “Inclusão: o paradigma do século 21”. *Revista inclusão*, [S. l.], 1(1):19–23, 2005.

STAR, Susan Leigh. “Power, Technology and the Phenomenology of Conventions: On being Allergic to Onions”. *The Sociological Review*, [S. l.], 38(1): 26–56, 1990. DOI: 10.1111/j.1467-954X.1990.tb03347.